



436
2

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 0307345-8

AGRAVANTE: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

PROCURADOR: Dr. Paulo Roberto de Lima

AGRAVADO: Ana Cláudia Monteiro Alves

Advogada: Dra. Lygia Maria Wanderley de Siqueira Gil Rodrigues

RELATOR: Des. José Ivo de Paula Guimarães

RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 0307345-8

AGRAVANTE: Ana Cláudia Monteiro Alves

Advogada: Dra. Lygia Maria Wanderley de Siqueira Gil Rodrigues

AGRAVADO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

PROCURADOR: Dr. Paulo Roberto de Lima

RELATOR: Des. José Ivo de Paula Guimarães

EMENTA: ADMINISTRATIVO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LAUDO PERICIAL. JULGAMENTO QUE LEVA EM CONSIDERAÇÃO OUTROS FATORES. POSSIBILIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. VALOR ESTIPULADO EQUITATIVAMENTE. RECURSOS DE AGRAVO IMPROVIDOS. DECISÃO UNÂNIME.

1 - Mantenho e reafirmo o entendimento lançado por ocasião da decisão terminativa ora recorrida, no sentido de que, apesar da perícia técnica não ter concluído pela incapacidade da parte autora para o exercício de toda e qualquer atividade laboral, por outro lado, o artigo 42 da Lei nº 8.213/91 é enfático ao conferir a aposentadoria por invalidez ao segurado quando ele for considerado insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência.

2 - Ressalte-se que os CATs acostados às fls. 32/37 dão conta do nexo de causalidade existente entre a doença que acomete a ora agravada (inflamação de membros superiores) e o trabalho por ela desenvolvido. Além disso, os laudos médicos acostados aos autos demonstram o prejuízo físico e psicológico sofridos pela obreira, de modo a ser imperiosa a sua aposentadoria.



437
2

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

3 – Considerada a natureza da causa, a quantidade de partes e, sobretudo, o critério de equidade, entendo como justa e bem dosada a fixação dos honorários advocatícios.

4 – Recursos de Agravo Improvidos.

5 – Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Recurso de Agravo nº 0307345-8, em que figura como agravante INSS e outro e como agravada Ana Cláudia Monteiro Alves e outro. Acordam os Desembargadores que integram a Segunda Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, pela sessão de julgamento realizada no dia 03 / 10 / 2013, à unanimidade de votos, em conhecerem dos recursos acima descritos, para negar provimento aos mesmos, tudo na conformidade dos votos e do Relatório proferidos neste julgamento.

Recife, 03 / 10 / 2013.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



438
2

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 0307345-8

AGRAVANTE: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

PROCURADOR: Dr. Paulo Roberto de Lima

AGRAVADO: Ana Cláudia Monteiro Alves

Advogada: Dra. Lygia Maria Wanderley de Siqueira Gil Rodrigues

RELATOR: Des. José Ivo de Paula Guimarães

RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 0307345-8

AGRAVANTE: Ana Cláudia Monteiro Alves

Advogada: Dra. Lygia Maria Wanderley de Siqueira Gil Rodrigues

AGRAVADO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

PROCURADOR: Dr. Paulo Roberto de Lima

RELATOR: Des. José Ivo de Paula Guimarães

RELATÓRIO

Trata-se de recursos de agravo interpostos contra decisão terminativa que, nos autos da Ação Acidentária de Aposentadoria por Invalidez, nos termos do art. 557, §1º-A do CPC, deu provimento ao recurso de apelação interposto, modificando a sentença então recorrida, para determinar que se proceda a aposentadoria por invalidez da Sra. Ana Cláudia Monteiro Alves e para fixar o valor da condenação em honorários advocatícios em 05%(cinco por cento) sobre o valor total da condenação.

O INSS interpôs o presente recurso de agravo alegando, resumidamente, em suas razões, que o laudo apresentado pelo perito oficial(fl.s. 258/269) aponta que a autora não apresenta estado ou condições de invalidez a ponto de determinar um processo incapacitante de caráter incurável e irreversível para justificar uma aposentadoria por invalidez. Acrescenta que houve julgamento por presunção e escancaradamente contrário à prova dos autos e que não existe um só laudo que aponte nexo de causalidade entre a doença da autora e a atividade exercida por ela.

Assevera ainda a inaplicabilidade do princípio do *in dubio pro misero*, pois ele deve vir acompanhado de razões sólidas que demonstrem o equívoco ou mesmo a fragilidade dos laudos Oficiais. Além disso, observa-se que o benefício pretendido e que foi deferido judicialmente, depende essencialmente do exame médico pericial e, no caso, os peritos concluíram taxativamente que a autora não se



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

encontra inválida, nem tampouco a sua enfermidade, que originou o auxílio-doença, tem qualquer relação com o seu trabalho.

A Sra. Ana Cláudia Monteiro Alves também apresentou recurso de agravo, alegando - em suma - que deve ser reconsiderada a decisão, especialmente, no tocante ao valor arbitrado à título de honorários sucumbenciais.

Requerem ao final, que esta relatoria reconsidere a decisão recorrida ou que apresente o recurso em mesa para julgamento perante a Segunda Câmara de Direito Público dessa Corte de Justiça.

É o relatório.

Recife, 03 / 10 / 2013.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



440
2

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 0307345-8

AGRAVANTE: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

PROCURADOR: Dr. Paulo Roberto de Lima

AGRAVADO: Ana Cláudia Monteiro Alves

Advogada: Dra. Lygia Maria Wanderley de Siqueira Gil Rodrigues

RELATOR: Des. José Ivo de Paula Guimarães

RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 0307345-8

AGRAVANTE: Ana Cláudia Monteiro Alves

Advogada: Dra. Lygia Maria Wanderley de Siqueira Gil Rodrigues

AGRAVADO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

PROCURADOR: Dr. Paulo Roberto de Lima

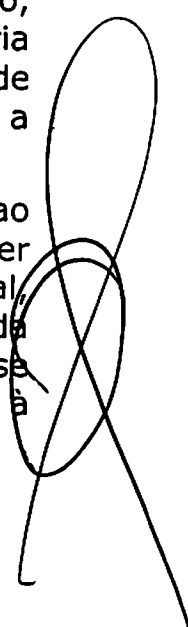
RELATOR: Des. José Ivo de Paula Guimarães

VOTO

O inconformismo do agravante reside contra decisão terminativa que, nos autos da Ação Acidentária de Aposentadoria por Invalidez, nos termos do art. 557, §1º-A do CPC, deu provimento ao recurso de apelação interposto, modificando a sentença então recorrida, para determinar que se proceda a aposentadoria por invalidez da ora agravada e para fixar o valor da condenação em honorários advocatícios em 05%(cinco por cento) sobre o valor total da condenação.

Mantenho e reafirmo o entendimento lançado por ocasião da decisão terminativa ora recorrida, no sentido de que, apesar da perícia técnica não ter concluído pela incapacidade da parte autora para o exercício de toda e qualquer atividade laboral, por outro lado, o artigo 42 da Lei nº 8.213/91 é enfático ao conferir a aposentadoria por invalidez ao segurado quando ele for considerado insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência.

Ademais, é cediço que o magistrado não se vincula ao laudo técnico, podendo decidir no sentido contrário quando houver outros elementos nos autos que o convençam, razão pela qual entendo que a situação sócio-econômica, cultural e profissional da segurada deverá prevalecer sobre o rigor da literalidade da lei, se constituindo em elementos suficientes para lhe conceder o direito à percepção da aposentadoria por invalidez.





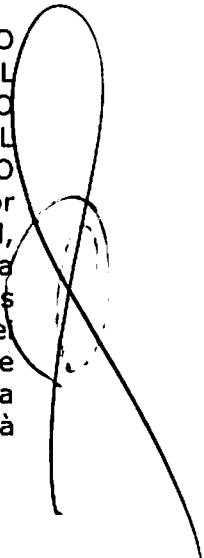
441
B

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

É nesse sentido o posicionamento da Colenda Corte Superior de Justiça, conforme podemos constatar nos arestos abaixo transcritos:

Ementa: PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. BASE DE INCIDÊNCIA DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 111/STJ. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO PELA INCAPACIDADE PARCIAL DO SEGURADO. NÃO VINCULAÇÃO. CIRCUNSTÂNCIA SÓCIO-ECONÔMICA, PROFISSIONAL E CULTURAL FAVORÁVEL À CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. AGRAVO REGIMENTAL DO INSS PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Os honorários advocatícios, nas ações previdenciárias, devem incidir somente sobre as prestações vencidas até a data da sentença de procedência do pedido (Súm. 111/STJ). 2. Os pleitos previdenciários possuem relevante valor social de proteção ao Trabalhador Segurado da Previdência Social, devendo ser, portanto, julgados sob tal orientação exegética. 3. **Para a concessão de aposentadoria por invalidez devem ser considerados outros aspectos relevantes, além dos elencados no art. 42 da Lei 8.213/91, tais como, a condição sócio-econômica, profissional e cultural do segurado. 4. Embora tenha o laudo pericial concluído pela incapacidade parcial do segurado, o Magistrado não fica vinculado à prova pericial, podendo decidir contrário a ela quando houver nos autos outros elementos que assim o convençam, como no presente caso. 5. **Em face das limitações impostas pela moléstia incapacitante, avançada idade e baixo grau de escolaridade, seria utopia defender a inserção da segurada no concorrido mercado de trabalho, para iniciar uma nova atividade profissional, motivo pelo qual faz jus à concessão de aposentadoria por invalidez.** 6. Agravo Regimental do INSS parcialmente provido para determinar que o percentual relativo aos honorários advocatícios de sucumbência incidam somente sobre as prestações vencidas até a data da sentença de procedência do pedido. (AgRg no REsp 1000210/MG, Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Quinta Turma, DJe 18/10/2010) (destaquei)**

Ementa: PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO PELA INCAPACIDADE PARCIAL DO SEGURADO. NÃO VINCULAÇÃO. CIRCUNSTÂNCIA SÓCIO-ECONÔMICA, PROFISSIONAL E CULTURAL FAVORÁVEL À CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. RECURSO DESPROVIDO. 1. Os pleitos previdenciários possuem relevante valor social de proteção ao Trabalhador Segurado da Previdência Social, devendo ser, portanto, julgados sob tal orientação exegética. 2. Para a concessão de aposentadoria por invalidez devem ser considerados outros aspectos relevantes, além dos elencados no art. 42 da Lei 8.213/91, tais como, a condição sócio-econômica, profissional e cultural do segurado. 3. Embora tenha o laudo pericial concluído pela incapacidade parcial do segurado, o Magistrado não fica vinculado à



442



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

prova pericial, podendo decidir contrário a ela quando houver nos autos outros elementos que assim o convençam, como no presente caso. 4. Em face das limitações impostas pela avançada idade, bem como pelo baixo grau de escolaridade, seria utopia defender a inserção do segurado no concorrido mercado de trabalho, para iniciar uma nova atividade profissional, motivo pelo faz jus à concessão de aposentadoria por invalidez. 5. Agravo Regimental do INSS desprovido. Processo AgRg no REsp 1055886/PB, Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Quinta Turma, DJe 09/11/2009)

Ressalte-se que os CATs acostados às fls. 32/37 dão conta do nexo de causalidade existente entre a doença que acomete a ora agravada (inflamação de membros superiores) e o trabalho por ela desenvolvido. Além disso, os laudos médicos acostados aos autos demonstram o prejuízo físico e psicológico sofridos pela obreira, de modo a ser imperiosa a sua aposentadoria.

No tocante à fixação dos honorários advocatícios, registro que, nas causas em que é vencida a Fazenda Pública, o arbitramento das verbas honorárias deve ser feito mediante apreciação equitativa do magistrado, na forma do disposto no art. 20, §4º, do CPC, atendidas as normas contidas nas alíneas do parágrafo antecedente, não se submetendo o julgador aos parâmetros percentuais indicados no §3º, do mesmo artigo, podendo ser estipuladas, inclusive, aquém ou além daqueles limites, bem como em valor certo, não percentual. Deve a atividade do hermeneuta no arbitramento dos honorários sucumbenciais ser sempre pautada pela observância dos princípios constitucionais da razoabilidade e da proporcionalidade, para o fim de estabelecer um quantum que, ao passo que valora a dignidade do trabalho do advogado, não consubstancie causa de enriquecimento desmedido.

Desta feita, considerada a natureza da causa, a quantidade de partes e, sobretudo, o critério de equidade, entendo como justa e bem dosada a fixação dos honorários advocatícios.

Assim, em face do exposto, voto no sentido de negar provimento aos presentes recursos de agravo, mantendo-se incólume a decisão terminativa ora recorrida.

É como voto.

Recife, 03 / 10 / 2013.

Des. José Ivo de Paula Guimarães – Relator